

## **PARTICIPAÇÃO SOCIETAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: RELACIONES EM MUNICÍPIOS PARANAENSES**

Danielle Trein Romanelli  
Antonio Gonçalves de Oliveira  
Inácio Andruski Guimaraes

**GRUPO DE TRABALHO:** GT8: Estado, políticas públicas, democracia, participação popular e movimentos sociais

### **RESUMO**

Este artigo investiga a relação entre a participação societal e o desenvolvimento local, tendo como objeto de análise doze municípios do estado do Paraná, selecionados com base em sua representatividade populacional nas regiões geográficas intermediárias. A participação societal é mensurada com base no número de votos nominais válidos registrados nas eleições municipais de 2012, 2016 e 2020, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), enquanto o desenvolvimento local é avaliado por meio do Índice Ipardes de Desempenho Municipal (IPDM), que sintetiza variáveis das dimensões: renda, emprego e produção agropecuária; educação e saúde. O pressuposto central é que níveis mais elevados de participação da sociedade (societal), expressos por meio do voto, estariam correlacionados com melhores índices de desempenho local. Para tanto, a pesquisa adota abordagem quantitativa, descritiva e correlacional, orientada pelo seguinte objetivo: analisar possível correlação entre a participação societal, medida pela quantidade de votos nominais válidos nas eleições municipais, e o desenvolvimento local representado pelo IPDM nos municípios selecionados nas Regiões Geográficas Intermediárias do Estado do Paraná. Contrariando o pressuposto, os resultados apontam correlação negativa entre os votos válidos e os índices de desempenho, o que sugere que o desenvolvimento municipal não está diretamente atrelado à participação eleitoral. Conclui-se que, embora o voto seja uma expressão relevante da cidadania, isoladamente ele não se mostra como variável determinante do efetivo desenvolvimento municipal.

**Palavras-chave:** Governança. Participação societal. Desenvolvimento Municipal.

### **INTRODUÇÃO**

A participação da sociedade civil nos processos políticos e administrativos é um dos pilares da governança democrática. No contexto municipal, esse engajamento pode se manifestar de diversas formas, sendo o voto uma das expressões mais significativas da cidadania. A relação entre a participação popular e o desenvolvimento local tem sido objeto de crescente interesse de estudos acadêmicos, sobretudo diante dos desafios enfrentados pelos municípios brasileiros na promoção de políticas públicas eficazes e inclusivas.

Na mesma direção, a participação da sociedade no processo de formulação das políticas públicas também é um relevante pilar da governança pública, já que governança significa a tomada de decisões em conjunto e compartilhada, de forma a solucionar os problemas sociais (Paludo; Oliveira, 2024).

No Brasil, a Constituição Federal (CF) de 1988 fortaleceu a importância da participação da sociedade no processo decisório público, estabelecendo mecanismos e instrumentos que permitem a participação dos cidadãos na formulação das políticas públicas.

Nessa perspectiva, as eleições configuram-se como o principal mecanismo de participação social na gestão da res publica, uma vez que os indivíduos que assumem o poder são legitimados diretamente pela escolha popular (Oliveira; Catapan; Vicentín, 2015).

O artigo 193 da CF determina que o Estado deve assegurar essa participação na formulação, monitoramento, controle e avaliação das políticas sociais. Da mesma forma, o artigo 204 reforça que as ações governamentais na

assistência social devem ser organizadas com base na participação da população, por meio de organizações representativas, em todas as esferas de gestão (Brasil, 1988).

Além da Constituição, o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) também prevê em seu artigo 2º a premissa de que a participação societal — especialmente a manifestada por meio do comparecimento às urnas — pode estar associada ao desempenho dos municípios em áreas essenciais como educação, saúde e renda (Brasil, 2001).

Aliando a participação da sociedade e a institucionalidade da governança e seus princípios, tem-se então como pressuposto que uma governança pública eficiente, baseada em diretrizes que promovam uma gestão participativa, fortalece a construção de políticas públicas alinhadas às reais necessidades da população, contribuindo para o desenvolvimento do município.

Nesse contexto o objetivo principal deste artigo é analisar possível correlação entre a participação societal, medida pela quantidade de votos nominais válidos nas eleições municipais, e o desenvolvimento local representado pelo IPDM nos municípios selecionados nas Regiões Geográficas Intermediárias do Estado do Paraná. O período abrangido pela pesquisa refere-se aos anos em que ocorreram as eleições municipais no Brasil: 2012, 2016 e 2020.

O trabalho divide-se em quatro partes, sendo esta introdução a primeira. A segunda parte fundamenta teoricamente os conceitos de governança e participação, desenvolvimento e desempenho municipal. Na terceira parte é apresentada a metodologia, na qual se detalham os instrumentos, critérios e procedimentos adotados. Por fim, a quarta parte traz os resultados e as conclusões do presente artigo.

## **GOVERNANÇA PÚBLICA E PARTICIPAÇÃO SOCIETAL**

De acordo com Oliveira e Pisa (2015), a Constituição Federal de 1988, frequentemente denominada Constituição Cidadã, representa um marco ao assegurar aos brasileiros uma série de direitos inéditos, característicos de um Estado Democrático de Direito. Entre esses direitos, destacam-se a possibilidade de exercer o controle sobre a administração pública, a exigência de ética, integridade (compliance), transparência (disclosure) e prestação de contas (accountability), além da participação direta na definição das políticas públicas.

Ainda conforme esses autores (Oliveira; Pisa, 2015), a partir da década de 1990, o Estado brasileiro passou por um processo de reestruturação, buscando uma maior orientação para as demandas sociais consolidando uma nova configuração na relação entre Estado e sociedade.

Nesse contexto, houve um movimento direcionado à implementação do conceito de governança, com o propósito de aprimorar o diálogo com a sociedade e fomentar iniciativas que ampliassem a participação cidadã e a responsabilização dos gestores públicos, fatos que supostamente direcionam a criação e efetividade de políticas públicas naturalmente destinadas aos “cidadãos participantes”.

A Governança Pública desempenha um papel estratégico ao assegurar a participação dos atores sociais na tomada de decisões, direcionando a gestão para resultados que agreguem valor público, e, consequentemente, o desenvolvimento do município.

Para Barddal e Torres (2020), de forma convergente com o evidenciado pela OCDE (2018) e Paludo e Oliveira (2024), a governança democrática incentiva a organização e o fortalecimento da sociedade civil a fim de fomentar mecanismos de tomada de decisão em instituições públicas que privilegiem a interlocução entre sociedade civil e Estado. Tal participação justifica-se já que todos os cidadãos, contribuintes ou não, são afetados pelas decisões dos gestores.

## **CRESCIMENTO, DESENVOLVIMENTO E DESEMPENHO MUNICIPAL**

Especialmente nas análises, gestão e estudos sobre políticas públicas, é fundamental compreender a diferença conceitual entre crescimento econômico e desenvolvimento que, embora muitas vezes utilizados como sinônimos, são termos que representam fenômenos distintos.

O crescimento econômico refere-se, essencialmente, ao aumento da produção de bens e serviços em determinado período, geralmente medido por indicadores como o Produto Interno Bruto (PIB). O crescimento, isoladamente, não assegura o desenvolvimento, ainda que este dependa, em certa medida, de um desempenho econômico positivo para se concretizar em benefícios à população. (Fleury; Oliveira, 2022).

Por sua vez, o desenvolvimento possui uma abrangência maior, envolvendo melhorias nas condições de vida da população, redução das desigualdades sociais e transformações estruturais na economia. Corroborando, Zagato (2019) enfatiza que o desenvolvimento tem relação direta com a qualidade de vida das pessoas.

De acordo com Fleury e Oliveira (2022), o desenvolvimento econômico abrange o crescimento, sobretudo quando este está associado a transformações estruturais na economia de um país ou região, como é o caso da industrialização.

A participação social, por sua vez, é enfatizada por Garcia, Alves e Junior (2021) como uma prática reivindicada pela sociedade, configurando-se como forma de cogestão das políticas públicas, mecanismo de controle social e fator de indução ao desenvolvimento econômico.

Partindo da premissa de que os cidadãos são diretamente afetados pelas decisões governamentais, a participação social é compreendida como um instrumento essencial do Estado Democrático de Direito, na medida em que busca assegurar a convergência das decisões políticas com os interesses da coletividade (Garcia; Alves; Junior, 2021).

No estudo de Asatryan e De Witte (2015), foi analisado o impacto da democracia direta e participativa na eficiência da oferta de bens públicos por municípios da Baviera, na Alemanha. Os resultados apontaram que quanto mais diretas são as práticas democráticas adotadas, maior tende a ser a eficiência governamental na prestação de serviços, evidenciando que mecanismos de governança pública podem contribuir positivamente para o desempenho do Estado.

No mesmo sentido, Castro, Neto e Da Cunha (2022) enfatizam que a governança figura entre os fatores centrais para a promoção do crescimento econômico sustentável. Dessa forma, as iniciativas voltadas ao aprimoramento da qualidade da administração pública possuem capacidade de impactar diretamente esse processo. Assim, é essencial que nações em desenvolvimento e subdesenvolvidas invistam no fortalecimento de suas estruturas administrativas como estratégia para alcançar um desenvolvimento econômico duradouro.

Nesses termos, o desenvolvimento é um processo ampliado de transformação social, no qual o Estado, por meio das políticas públicas, atua como agente indutor da justiça social e do progresso humano. Para isso os indicadores surgem como instrumentos essenciais de avaliação, por permitirem mensurar os resultados das políticas implementadas, identificar desigualdades regionais e orientar a formulação de ações mais eficazes.

## METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem quantitativa, descritiva e correlacional, com o objetivo de analisar possível correlação entre a participação societal, medida pela quantidade de votos nominais válidos nas eleições municipais, e o desenvolvimento local representado pelo IPDM nos municípios selecionados nas Regiões Geográficas Intermediárias do Estado do Paraná (Tabela 2). O período abrangido pela pesquisa refere-se aos anos em que ocorreram as eleições municipais no Brasil: 2012, 2016 e 2020.

A pesquisa tem como objeto de estudo os municípios mais e menos populosos das seis regiões geográficas intermediárias do estado do Paraná evidenciadas na tabela 1.

**Tabela 1. REGIÕES GEOGRÁFICAS INTERMEDIÁRIAS E IMEDIATAS DO PARANÁ**

Regiões Intermediárias	Regiões Imediatas
Curitiba	Curitiba, Paranaguá e União da Vitória
Guarapuava	Guarapuava e Pitanga
Cascavel	Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo, Francisco Beltrão, Pato Branco, Laranjeiras do Sul - Quedas do Iguaçu, Dois Vizinhos e Marechal Cândido Rondon
Maringá	Maringá, Campo Mourão, Umuarama, Paranavaí, Cianorte, Paranacity - Colorado e Loanda

Londrina	Londrina, Santo Antônio da Platina, Apucarana, Cornélio Procópio - Bandeirantes, Ivaiporã e Ibaiti
Ponta Grossa	Ponta Grossa, Telêmaco Borba e Irati

Fonte: Elaborada pelos Autores.

Dentro das Regiões Intermediárias, para fins de análise, foram selecionados dois municípios, os mais e o menos populoso, com base no número de habitantes (Censo 2022), totalizando 12 municípios paranaenses neste estudo, conforme demonstrado na tabela 2.

**Tabela 2. POPULAÇÃO DE CADA REGIÃO GEOGRÁFICA INTERMEDIÁRIA**

Regiões Intermediárias	Maiores Municípios da Região Imediata	População (censo 2022)	Menores Municípios da Região Imediata	População (censo 2022)
Curitiba	Curitiba	1.773.718	Doutor Ulysses	5.697
Guarapuava	Guarapuava	182.093	Campina do Simão	3.936
Cascavel	Cascavel	348.051	Boa Esperança do Iguaçu	2.455
Maringá	Maringá	409.657	Nova Aliança do Ivaí	1.323
Londrina	Londrina	555.965	Miraselva	1.966
Ponta Grossa	Ponta Grossa	358.371	Porto Amazonas	4.098

Fonte: Elaborada pelos Autores a partir de IBGE (2022).

Quanto às fontes de dados, foram utilizados dados secundários obtidos junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que fornece os resultados detalhados das eleições por zona e seção, ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que fornece o número de habitantes de acordo com o último censo em 2022 e ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), responsável pelo cálculo e divulgação do IPDM - Índice Ipardes de Desempenho Municipal. Este índice tem como objetivo mensurar o nível de desempenho (desenvolvimento) dos 399 municípios do estado do Paraná, contemplando três dimensões: renda, emprego e produção agropecuária; saúde e educação.

A leitura dos resultados do IPDM, considerando-se o índice final, é feita a partir de valores que variam entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1, maior o nível de desenvolvimento do município. Em sentido contrário, quanto mais próximo de 0, menor será o desenvolvimento do município em análise. A tabela 3 consolida os índices dos municípios considerados na pesquisa nos anos em que houve eleições municipais, 2012, 2016 e 2020.

**Tabela 3. ÍNDICE IPARDES DE DESEMPENHO MUNICIPAL POR MUNICÍPIO**

Municípios	Anos	IPDM
Curitiba	2012	0,8375
	2016	0,8654
	2020	0,8730
Doutor Ulysses	2012	0,3019
	2016	0,5327
	2020	0,5482
Guarapuava	2012	0,6328
	2016	0,7112
	2020	0,7711
Campina do Simão	2012	0,4764
	2016	0,5976
	2020	0,6746
Cascavel	2012	0,7453
	2016	0,7910
	2020	0,8085
Boa Esperança do Iguaçu	2012	0,6597
	2016	0,7186
	2020	0,7792
Maringá	2012	0,7835
	2016	0,8036
	2020	0,8106
Nova Aliança do Ivaí	2012	0,6534
	2016	0,6975
	2020	0,7995
Londrina	2012	0,7522
	2016	0,7794
	2020	0,8051
Miraselva	2012	0,6300
	2016	0,6468
	2020	0,7590
Ponta Grossa	2012	0,6842
	2016	0,7285
	2020	0,7382
Porto Amazonas	2012	0,5926
	2016	0,6572
	2020	0,6893

Fonte: Elaborada pelos Autores a partir de IPARDES (2025).

A análise da evolução do Índice Ipardes de Desempenho Municipal (IPDM) entre os anos de 2012, 2016 e 2020 revela uma tendência geral de crescimento nos municípios paranaenses. Observa-se um comportamento diferenciado entre os municípios maiores, como Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel e Ponta Grossa, e os municípios menores, a exemplo de Doutor Ulysse, Campina do Simão, Miraselva, Nova Aliança do Ivaí e Boa Esperança do Iguaçu.

Os municípios maiores apresentaram, de forma geral, índices elevados desde o início da série histórica e crescimento contínuo até 2020. Esse desempenho pode estar associado à presença de estruturas institucionais mais consolidadas, maior arrecadação tributária, disponibilidade de serviços públicos mais abrangentes e maior capacidade de planejamento e execução de políticas públicas. Curitiba, por exemplo, evoluiu de 0,8375 em 2012 para 0,8730 em 2020, permanecendo entre os municípios mais bem avaliados do estado.

Em contrapartida, os municípios menores, embora partam de patamares mais baixos, demonstraram avanços percentualmente expressivos ao longo do período analisado, refletindo esforços locais para superação de possíveis defasagens históricas no acesso à educação, saúde e renda.

Para a análise da participação societal na “vida” democrática e representativa do município, considerou-se a quantidade de votos nominais válidos registrados nas eleições municipais para o cargo de Prefeito, considerando o 1º turno, nos mesmos anos de 2012, 2016 e 2020, conforme evidenciado na Tabela 4.

**Tabela 4. VOTOS NOMINAIS VÁLIDOS POR MUNICÍPIO**

Região	Ano	Eleitores aptos	Votos Nominais Válidos	% Votos Nominais Válidos
Curitiba	2012	1.172.939	975.182	83,1
	2016	1.289.215	928.856	72,0
	2020	1.349.888	836.509	62,0
Doutor Ulysses	2012	4.679	4.086	87,3
	2016	4.808	4.107	85,4
	2020	4.694	3.927	83,7
Guarapuava	2012	119.887	95.130	79,3
	2016	119.458	96.498	80,8
	2020	126.989	69.888	55,0
Campina do Simão	2012	3.477	2.943	84,6
	2016	3.287	2.959	90,0
	2020	3.506	2.904	82,8
Cascavel	2012	204.185	160.708	78,7
	2016	206.714	168.273	81,4
	2020	223.090	156.412	70,1
Boa Esperança do Iguaçu	2012	2.486	1.506	60,6
	2016	2.441	2.160	88,5
	2020	2.273	2.046	90,0
Maringá	2012	256.970	195.933	76,2
	2016	261.717	194.507	74,3
	2020	279.500	181.196	64,8
Nova Aliança do Ivaí	2012	1.536	1.265	82,4
	2016	1.569	1.390	88,6

	2020	1.399	1.230	87,9
Londrina	2012	360.568	273.325	75,8
	2016	353.314	264.423	74,8
	2020	376.073	229.814	61,1
Miraselva	2012	1.879	1.306	69,5
	2016	1.681	1.350	80,3
	2020	1.757	1.529	87,0
Ponta Grossa	2012	225.984	178.323	78,9
	2016	222.716	176.226	79,1
	2020	239.611	165.556	69,1
Porto Amazonas	2012	3.673	3.188	86,8
	2016	3.817	3.123	81,8
	2020	3.751	3.196	85,2

Fonte: Elaborada pelos Autores a partir de TSE (2025).

A análise da participação societal nas eleições, medida pela proporção de votos nominais válidos nas eleições municipais de 2012, 2016 e 2020, revela uma tendência consistente: municípios menores mantêm, ao longo do tempo, percentuais mais elevados de votos nominais válidos em comparação aos maiores centros urbanos. Esse padrão sugere que o eleitorado de cidades menores tende a participar de forma mais direta na escolha de seus representantes.

Destaca-se também, que nos três anos analisados, os municípios menos populosos apresentam altos índices de participação mesmo em contextos adversos, como o enfrentado em 2020 com a pandemia de COVID-19.

Em contraste, Curitiba, capital do Estado, apresentou uma trajetória de queda: partindo de 83,1% em 2012, reduzindo para 72% em 2016 e chegando a 62% em 2020, comportamento também observado na cidade de Londrina, a segunda maior cidade mais populosa do estado. Essa redução pode refletir fatores como o crescimento da abstenção, maior distanciamento entre eleitores e candidatos, além do possível fortalecimento do voto em legenda em ambientes políticos mais complexos, além de que a dinâmica política tende a ser mais impessoal e partidariamente mediada, o que dificulta o engajamento societal.

Já a manutenção de altos percentuais de votos nominais válidos em municípios menos populosos pode estar associada a diferentes aspectos: a proximidade entre eleitores e candidatos, o maior conhecimento das realidades locais e a estrutura mais simplificada das campanhas eleitorais, que favorecem o vínculo direto com o eleitor.

Dessa forma, os dados consolidados ao longo dos três ciclos eleitorais indicam que a participação cidadã é estruturalmente mais forte nos pequenos municípios, o que reforça a relevância do contexto local para o fortalecimento da democracia representativa. Esses resultados também sugerem a importância de políticas públicas que promovam a participação cívica nos grandes centros urbanos, a fim de reduzir o distanciamento entre representantes e representados.

Por fim, a partir dessas análises, buscou-se verificar a existência de correlação entre a participação societal medida pela porcentagem de votos nominais válidos (razão entre o número de votos nominais válidos e o total de eleitores aptos no respectivo ano) e o desenvolvimento local, evidenciado pelo Índice de Desempenho Municipal (IPDM) nos 12 municípios selecionados para este estudo, conforme evidenciado na Tabela 5. A correlação permite analisar se a variação na participação da população no processo eleitoral se correlaciona com o desempenho dos municípios, consolidado nas dimensões renda, educação e saúde, sintetizadas pelo IPDM.

**Tabela 5. PORCENTAGEM DE VOTOS NOMINAIS VÁLIDOS X IPDM POR MUNICÍPIO**

Região	Ano	% Votos Nominais Válidos	IPDM
Curitiba	2012	83,1	0,8375
	2016	72,0	0,8654
	2020	62,0	0,8730
Doutor Ulysses	2012	87,3	0,3019
	2016	85,4	0,5327
	2020	83,7	0,5482
Guarapuava	2012	79,3	0,6328
	2016	80,8	0,7112
	2020	55,0	0,7711
Campina do Simão	2012	84,6	0,4764
	2016	90,0	0,5976
	2020	82,8	0,6746
Cascavel	2012	78,7	0,7453
	2016	81,4	0,7910
	2020	70,1	0,8085
Boa Esperança do Iguaçu	2012	60,6	0,6597
	2016	88,5	0,7186
	2020	90,0	0,7792
Maringá	2012	76,2	0,7835
	2016	74,3	0,8036
	2020	64,8	0,8106
Nova Aliança do Ivaí	2012	82,4	0,6534
	2016	88,6	0,6975
	2020	87,9	0,7995
Londrina	2012	75,8	0,7522
	2016	74,8	0,7794
	2020	61,1	0,8051
Miraselva	2012	69,5	0,6300
	2016	80,3	0,6468
	2020	87,0	0,7590
Ponta Grossa	2012	78,9	0,6842
	2016	79,1	0,7285
	2020	69,1	0,7382
Porto Amazonas	2012	86,8	0,5926
	2016	81,8	0,6572
	2020	85,2	0,6893

Fonte: Elaborada pelos Autores.

Para essa análise, foi utilizado o coeficiente de correlação de Pearson ( $r$ ), evidenciado a partir de uma amostra com  $n$  observações na forma de pares  $\{(x_1, y_1), \dots, (x_n, y_n)\}$  pela seguinte equação:

$$r = \frac{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{\sum_{i=1}^n (x_i - \bar{x})^2} \sqrt{\sum_{i=1}^n (y_i - \bar{y})^2}}$$

Onde,  $x_i$  corresponde aos valores da primeira variável (% de votos nominais válidos),  $y_i$  corresponde aos valores da segunda variável (IPDM). Já  $x$  e  $y$  referem-se a média dessas variáveis.

Segundo Devore (2006), o coeficiente de correlação é uma medida de quão fortemente duas variáveis  $x$  e  $y$  estão relacionadas em uma amostra. Para o autor, sendo a correlação considerada fraca quando  $r$  for menor ou igual a 0,5; moderada quando  $r$  for maior do que 0,5 e menor que 0,7 e, finalmente, será forte quando  $r$  for maior que 0,7, considerando o limite superior máximo de 1,0.

É importante destacar que uma correlação forte não implica, necessariamente, em uma relação de causalidade. De acordo com Aldrich (1995), com base apenas na correlação não é possível deduzir uma relação de causa e efeito entre dois eventos ou variáveis.

Para aprofundar a análise, procedeu-se à realização da correlação de forma segmentada, considerando separadamente os municípios conforme o porte populacional. Essa estratégia analítica possibilita verificar se a dimensão populacional exerce influência sobre a relação entre a participação eleitoral e o desempenho municipal, proporcionando uma interpretação mais precisa e contextualizada das variáveis que podem impactar essa correlação. Na Tabela 6, apresentam-se os resultados referentes aos municípios menos populosos, enquanto a Tabela 7, na sequência, contempla os municípios de maior população.

**Tabela 6. PORCENTAGEM DE VOTOS NOMINAIS VÁLIDOS X IPDM POR MUNICÍPIOS MENOS POPULOSOS**

Região	Ano	% Votos Nominais Válidos	IPDM
Doutor Ulysses	2012	87,3	0,3019
	2016	85,4	0,5327
	2020	83,7	0,5482
Campina do Simão	2012	84,6	0,4764
	2016	90,0	0,5976
	2020	82,8	0,6746
Boa Esperança do Iguaçu	2012	60,6	0,6597
	2016	88,5	0,7186
	2020	90,0	0,7792
Nova Aliança do Ivaí	2012	82,4	0,6534
	2016	88,6	0,6975
	2020	87,9	0,7995
Miraselva	2012	69,5	0,6300
	2016	80,3	0,6468
	2020	87,0	0,7590
Porto Amazonas	2012	86,8	0,5926

	2016	81,8	0,6572
	2020	85,2	0,6893

Fonte: Elaborada pelos Autores.

**Tabela 7. PORCENTAGEM DE VOTOS NOMINAIS VÁLIDOS X IPDM POR MUNICÍPIOS MAIS POPULOSOS**

Região	Ano	% Votos Nominais Válidos	IPDM
Curitiba	2012	83,1	0,8375
	2016	72,0	0,8654
	2020	62,0	0,8730
Guarapuava	2012	79,3	0,6328
	2016	80,8	0,7112
	2020	55,0	0,7711
Cascavel	2012	78,7	0,7453
	2016	81,4	0,7910
	2020	70,1	0,8085
Maringá	2012	76,2	0,7835
	2016	74,3	0,8036
	2020	64,8	0,8106
Londrina	2012	75,8	0,7522
	2016	74,8	0,7794
	2020	61,1	0,8051
Ponta Grossa	2012	78,9	0,6842
	2016	79,1	0,7285
	2020	69,1	0,7382

Fonte: Elaborada pelos Autores.

## RESULTADOS E CONCLUSÕES

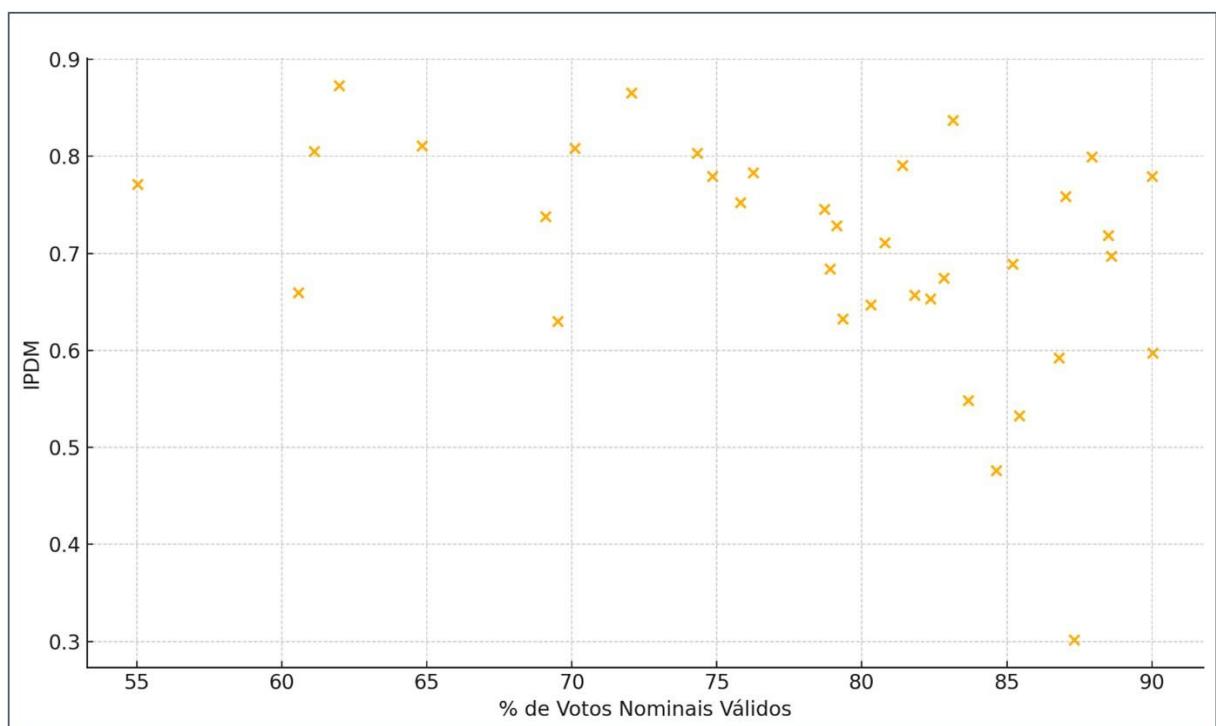
A pesquisa realizada buscou verificar a existência de uma correlação entre a participação societal, representada pelo percentual de votos nominais válidos nas eleições municipais, e o desenvolvimento local, mensurado pelo Índice Ipardes de Desempenho Municipal (IPDM), em doze municípios paranaenses de diferentes portes populacionais.

Foram analisados os valores do Índice Ipardes de Desempenho Municipal (Tabela 3) e a percentagem de votos nominais válidos em relação aos eleitores aptos de cada município (Tabela 4), nos anos de 2012, 2016 e 2020. Os resultados, contudo, contrariam o pressuposto inicial de que um maior engajamento eleitoral estaria diretamente associado a melhores níveis de desenvolvimento.

A primeira análise considerou o conjunto dos 12 municípios e consistiu na verificação da correlação entre a porcentagem de votos nominais válidos e o Índice de Desenvolvimento Municipal (IPDM). O resultado obtido foi um coeficiente de  $r = -0,425$ , o que, conforme a classificação adotada ( $0 \leq |r| \leq 0,5$ ), corresponde a uma correlação fraca e negativa.

Esse resultado indica que existe uma associação inversa de baixa magnitude entre as duas variáveis, ou seja, em termos gerais, municípios com maior percentual de votos válidos tendem a apresentar níveis ligeiramente inferiores de desenvolvimento municipal (Gráfico 1).

**Gráfico 1. DIAGRAMA DE DISPERSÃO ENTRE % VOTOS VÁLIDOS E IPDM NOS 12 MUNICÍPIOS**



Fonte: Elaborado pelos Autores.

No entanto, dada a fraqueza dessa correlação, não se pode afirmar a existência de uma relação linear entre os indicadores analisados, dessa forma optou-se pela realização de correlações complementares segmentadas pelo porte populacional do município.

No recorte dos municípios menores, a correlação entre a porcentagem de votos nominais válidos e o Índice de Desenvolvimento Municipal (IPDM) resultou em um coeficiente de  $r = 0,018$ , valor que se enquadra na faixa de **correlação fraca e positiva**, conforme a classificação adotada ( $0 \leq |r| \leq 0,5$ ). A proximidade desse valor em relação a zero indica uma **associação linear muito baixa** entre as variáveis analisadas. Dessa forma, não se observa, também nesse grupo de municípios (tabela 6), tendência correlacional linear entre participação eleitoral e o desempenho municipal.

Os municípios menos populosos apresentam, em geral, menores valores de IPDM e, simultaneamente, percentuais mais elevados de participação eleitoral. Esse padrão pode estar relacionado a características como a menor distância entre eleitores e candidatos e a estrutura organizacional local, que favorece interações mais diretas no processo político.

Nos municípios mais populosos, a correlação entre a porcentagem de votos nominais válidos e o Índice de Desenvolvimento Municipal (IPDM) resultou em  $r = -0,399$ , valor que, conforme a classificação adotada ( $0 \leq |r| \leq 0,5$ ), caracteriza-se como uma **correlação fraca e negativa**. Esse coeficiente indica uma associação linear inversa de baixa intensidade entre as variáveis analisadas.

No entanto, a baixa magnitude do coeficiente não permite inferir uma relação estatisticamente significativa ou explicativa entre as variáveis, sendo necessário considerar outros fatores na análise.

Constatou-se que os municípios mais populosos, como Curitiba, Londrina e Maringá (Tabela 7), apresentam elevados níveis de IPDM ao longo dos anos, indicando que esses municípios podem se beneficiar de economias de escala, maior arrecadação, infraestrutura consolidada e autonomia institucional, fatores esses que justificam e impulsionam o seu desenvolvimento independentemente do engajamento eleitoral.

Dessa forma, o estudo mostra que o desenvolvimento não necessariamente está relacionado a esse tipo de participação societal, especialmente em cidades de grande porte populacional, que possuem uma economia mais consolidada e diversificada, capazes de gerar emprego, arrecadação de tributos e crescimento sustentado com menor dependência do engajamento popular direto.

Já a queda na proporção de votos nominais válidos pode estar relacionada a fatores como o aumento do número de votos brancos e nulos, a abstenção por motivos diversos, variações no comparecimento às urnas e mudanças no comportamento eleitoral ao longo do tempo.

A correlação fraca e negativa identificada ( $r = -0,425$ ), bem como os resultados desagregados por porte populacional, evidenciam que a participação eleitoral, ainda que relevante para a expressão democrática, não se apresenta como variável explicativa ou determinante do desempenho socioeconômico municipal.

Os resultados observados indicam que, embora o voto represente um dos mecanismos de participação institucional no processo democrático, não se verifica uma associação linear entre a participação eleitoral e os níveis de desempenho municipal. Assim, o estudo sugere que essa relação envolve múltiplas variáveis e não pode ser explicada exclusivamente por meio da correlação entre essas duas dimensões.

Essa constatação reforça a complexidade do desenvolvimento local e sugere que a efetividade da democracia não se limita ao comparecimento às urnas. Em contextos urbanos mais complexos, o distanciamento entre eleitores e representantes, a mediação partidária e a impessoalidade das relações políticas podem reduzir o impacto direto do voto sobre os rumos da gestão pública. Já nos municípios menores, apesar de maior engajamento eleitoral, os baixos índices de desenvolvimento indicam que outros fatores estruturais, como capacidade institucional, recursos financeiros e articulação intergovernamental, desempenham papel mais decisivo na promoção e efetividade de políticas públicas.

O estudo evidencia a importância de uma abordagem multidimensional da participação societal e reforça a necessidade de políticas públicas que fortaleçam a cultura cívica, o engajamento contínuo da população e a capacidade estatal, elementos que, em conjunto, contribuem para um desenvolvimento local mais equitativo e sustentável.

Para aprofundar a compreensão dessa temática, sugerem-se estudos futuros que considerem: (i) a análise multivariada com outros indicadores de participação, como conselhos municipais e audiências públicas; (ii) a expansão da amostra para outros estados brasileiros, permitindo comparações regionais; (iii) abordagens qualitativas com foco na percepção cidadã sobre o valor do voto e sua relação com o desenvolvimento.

## REFERÊNCIAS

ALDRICH, John. Correlations genuine and spurious in Pearson and Yule. **Statistical science**, p. 364-376, 1995.

ASATRYAN, Zareh; DE WITTE, Kristof. Direct democracy and local government efficiency. **European Journal of Political Economy**, v. 39, p. 58-66, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0176268015000440>. Acesso em: 4 abr. 2025.

BARDDAL, Fabiana Marissa Etzel; TORRES, Ricardo Lobato. Efetividade da participação cidadã nos conselhos municipais de Curitiba. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 12, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/urbe/a/MddfZnGhy9jCjhS6v3vFbBN/?lang=pt>. Acesso em: 19 mai. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL. **Estatuto da Cidade: Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 11 jul. 2001. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LEIS\\_2001/L10257.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm). Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL. **Tribunal Superior Eleitoral**. Estatísticas eleitorais: resultados das eleições municipais. Brasília, DF: TSE, 2024. Disponível em: <https://www.tse.jus.br>. Acesso em: 13 maio 2025.

CASTRO, Mariana Camilla Coelho Silva; NETO, João Estevão Barbosa; DA CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves. Governança pública: uma revisão sistemática de sua aplicação a entes públicos. **Contabilidade, Gestão e Governança**, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/60123>. Acesso em: 05 abr. 2025.

DEVORE, Jay. A modern introduction to probability and statistics: Understanding why and how. 2006. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1198/jasa.2006.s72>. Acesso em: 26 mai. 2025.

FLEURY, Bráulio Cesco; OLIVEIRA, Antonio Gonçalves. A simbiose negativa entre corrupção e desenvolvimento: da conjectura costumeira ao estado da arte. **Caderno Pedagógico**, v. 19, n. 1, 2022. Disponível em:

<https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/1406>. Acesso em: 05 abr. 2025.

GARCIA, Melissa Chaves; ALVES, Alessandro Ferreira; JÚNIOR, Pedro dos Santos Portugal. Participação social, governança pública e desenvolvimento local: uma análise do estado de Minas Gerais Social participation, public governance and local development: an analysis of the state of Minas Gerais. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 9, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Demográfico 2022: resultados populacionais por município. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 maio 2025.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (IPARDES). IPDM – Índice Ipardes de Desempenho Municipal: dados por município e ano. Curitiba: IPARDES, 2024. Disponível em: <https://ipardes.pr.gov.br>. Acesso em: 13 maio 2025.

OLIVEIRA, Antonio Goncalves; PISA, Beatriz Jackiu. IGovP: the public governance assessment index--a State planning instrument tool and social control by the citizen. **Revista de Administração Pública**, 2015. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/2e6fc8c0b8f819d2d34bcad583761ac3/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2035113>. Acesso em: 10 mai. 2025.

OLIVEIRA, Antonio Gonçalves; CATAPAN, Anderson; VICENTIN, Ivan Carlos. A apatia da participação política do povo brasileiro na administração e governança da república: Motivos e consequências. **Journal of Globalization, Competitiveness & Governability/Revista de Globalización, Competitividad y Gobernabilidad/Revista de Globalização, Competitividade e Governabilidade**, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5118/511851344005.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Panorama das administrações públicas da OCDE 2017. Brasília, DF: ENAP, 2018. Disponível em: <https://www.enap.gov.br/index.php/pt/colecao-enap/item/1191>. Acesso em: 13 mai. 2025.

PALUDO, Augustinho V.; OLIVEIRA, Antonio G. **Governança organizacional pública e planejamento estratégico: para órgãos e entidades públicas: Para órgãos e entidades públicas**. 2 ed. JM Bosch, 2024.

ZAGATO, Ligia. Ainda é possível que os países em desenvolvimento façam seu catching up no século XXI?. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 39, p. 527-543, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/r4py3DfQR8Mw7D3dnjXZRGr/>. Acesso em: 25 mai. 2025.